Jornal de Brasilia

A versão e a verdade- II

Tivemos dois casos de renúncia e três de deposição de presidente na República.

Deodoro, combalido pela doença e despreparado para a missão política em que fora investido, renunciou entregando a presidência ao funcionário (sic) que era Floriano Peixoto. Dada a gravidade de seu estado e a amargura com que o fazia. Deodoro não resistiu o ato de nenhuma solenidade mandando, simplesmente, chamar Floriano, que tomava o café matinal, de pijama e governou discricionariamente, como vice-presidente em exercício, até o fim do mandato quando doente e desinteressado, também, não transmitiu o poder ao primeiro presidente civil, eleito diretamente, Prudente de Moraes.

A segunda deu-se a 25 de agosto de 1961, quando Jânio Quadros mandou entregar, pelo ministro Pedroso Horta, o documento de sua renúncia ao presidente do Congresso Nacional, senador Auro de Moura Andrade. A Constituição de 1946 determinava a substituição pelo vice-presidente da República que completaria o mandato, pois só em caso de impedimento ou vaga do presidente ou vice-presidente da República «serão chamados ao exercício da Presidência o presidente da Câmara dos Deputados, o vice-presidente do Senado Federal e o presidente do Supremo Tribunal Federal — art. 7° § 1°. Parágrafo segundo: vagando os cargos de presidente e vice-presidente da República, far-se-á eleição sessenta dias depois de aberta a última vaga. Se as vagas ocorrerem na segunda metade do periodo presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita, trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma estabelecida em lei. Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o periodo dos seus antecessores».

Assim, que se deu a posse de João Goulart, depois de uma batalha no Congresso, do veto dos ministros militares e da acomodação de um parlamentarismo de emergência que não ia durar muito tempo.

A primeira deposição de presidente da República deu-se a 24 de outubro de 1930 quando a Junta Militar, composta dos generais Tasso Grafoso, Mena Barreto e almirante Isaias de Noronha, depôs Washington Luís.

A revolução colocou no poder o chefe civil do movimento, Getúlio Vargas, que traçou, discricionariamente, em seu primero Governo Provisório, as condições e o exercício do poder.

A segunda deposição foi a de Getúlio Vargas a 29 de outubro de 1945, pondo fim ao Estado Novo. A Carta outorgada a 10 de novembro de 1937, não regulava a sucessão presidencial. Não havia vice-presidente, nem presidente da Câmara e do Senado, que tinham sido dissolvidos. O recurso foi os chefes do golpe militar, marechal Eurico Gaspar Dutra e brigadeiro Eduardo Gomes, indicarem o presidente do STF, ministro José Linhares, para exercer a Presidência e mandar proceder as eleições, com data marcada.

A terceira deposição foi a de Jango Goulart que, embora ainda em território nacional, no Rio Grande do Sul, foi destituido por ato do Congresso, declarando vago o cargo e nele investindo o presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli. Este convocou eleições pelo Congresso a fim de que fosse homologada a indicação do chefe do Estado Maior, gen. Humberto Castello Branco, para o que foram aprovadas duas emendas na Constituição: uma que declarava elegível o chefe do Estado Maior e outra mandando que fosse a descoberto o voto da eleição afastando o perigo de uma reação legislativa.